

CADERNO DE PROPOSTAS

MATO GROSSO DO SUL

5^ª

CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA



FLACSO
BRASIL



UnB

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CADERNO DE PROPOSTAS

MATO GROSSO DO SUL

APRESENTAÇÃO

Desde a década de 1930, as conferências nacionais buscam estabelecer agendas comuns entre o Estado e a sociedade, e têm resultado em impactos relevantes nas políticas públicas federais. Por meio das conferências nacionais, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem ampliado a discussão acerca da formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável, priorizando temas relevantes para o conhecimento e a discussão com a sociedade, que refletem o amadurecimento da política ambiental brasileira.

Neste contexto, a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA) tem como tema central “Emergência climática: o desafio da transformação ecológica”. Para abordar essa questão de maneira abrangente, foram escolhidos cinco eixos para organizar as propostas da sociedade brasileira: Mitigação, Adaptação e Preparação para Desastres, Transformação Ecológica, Justiça Climática, e Governança e Educação Ambiental.

A CNMA é instrumento de realização da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) e visa fortalecer as políticas nacionais e o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, por meio da democratização do processo de construção da política pública, da ampla mobilização social e do debate inclusivo.

Além de subsidiar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o processo de ampla participação social e debates da 5ª CNMA também apresenta como objetivos específicos: contribuir para o conhecimento e difusão sobre emergência climática e a agenda política correlata; consolidar preferências da sociedade em uma agenda de mitigação coerente com o objetivo global de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C; contribuir para que medidas de adaptação sejam adotadas pelos municípios; incentivar a ampla participação de populações e de territórios em situação de vulnerabilidade climática nos diálogos sobre as medidas de adaptação às alterações climáticas; e promover a Transformação Ecológica no Brasil.

A primeira etapa deste processo foi a realização das conferências livres, municipais e intermunicipais. A segunda etapa é a realização das conferências

estaduais e distrital. Por fim, o processo culmina na etapa nacional, em Brasília, com a realização da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente.

As conferências municipais, intermunicipais e livres ocorreram entre 11 de junho de 2024 e 26 de janeiro de 2025 e tiveram como objetivo incentivar a ampla participação da população na construção de propostas para enfrentar os desafios climáticos, além de eleger delegados e delegadas que representarão os municípios na etapa estadual. O cadastro das propostas oriundas das conferências municipais, intermunicipais e livres foi feito na Plataforma Brasil Participativo e, seguindo o calendário, foram consideradas as propostas cadastradas até 02 de fevereiro de 2025.

Este caderno apresenta as propostas oriundas das conferências municipais e intermunicipais do estado do **Mato Grosso do Sul (MS)**.

SOBRE O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

A sistematização das propostas da etapa municipal, intermunicipal e livre da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente foi realizada por etapas. Uma base de dados tabulada foi criada, compilando todas as propostas submetidas na Plataforma Brasil Participativo (gov.br/cnma). Neste processo, a equipe conferiu todas as propostas, suas vinculações com as conferências/eventos cadastrados, eixos temáticos e seus municípios de origem. A compilação dos dados manteve a fidelidade ao texto e o Eixo Temático indicado na Plataforma, respeitando o processo participativo das Conferências.

Após essa primeira etapa, separaram-se as propostas por Unidades da Federação (UF), seguindo a divisão dos 5 Eixos Temáticos, e preenchidos diretamente pelas pessoas: (i) Mitigação; (ii) Adaptação e Preparação para desastres; (iii) Justiça Climática; (iv) Transformação Ecológica; e (v) Governança e Educação Ambiental. **As propostas não tiveram seus eixos alterados.**

Em algumas situações, as pessoas proponentes escreveram duas sugestões dentro de um mesmo campo da submissão. Neste caso, onde explicitamente foram feitas duas propostas, por exemplo, com enumeração delas, a proposta foi dividida e apresentada como duas inserções distintas, mantendo-se o código, mas com textos separados. Para realizar essa divisão foram considerados os seguintes critérios: se a Conferência só possuía uma proposta daquele eixo; se a proposta estava dividida por ponto e vírgula; se ela apresentava duas partes numeradas de forma diferente.

A partir deste tratamento de dados, foi realizada a etapa de aglutinação, que consiste em unir propostas semelhantes em uma única proposta, identificando os códigos das propostas originais.

Para garantir que toda contribuição do processo participativo da Conferência fosse contemplada, todo esforço foi feito para manter a integridade das propostas originais.

A identificação da proposta é formada pelo tipo de conferência seguida do número da proposta na plataforma. Ou seja, os códigos de identificação consistem no número original da proposta na plataforma, precedido por:

- CM para conferências municipais;

- CI para conferências intermunicipais;
- CL para conferências livres.

Apenas nos casos em que a redação apresentada nas propostas poderia ser vista como mensagem de conteúdo discriminatório, ou fortalecendo intolerância e discurso de ódio, ou ferisse o princípio da impessoalidade, a redação foi ajustada para se tornar compatível com o respeito aos processos democráticos e plurais.

DADOS GERAIS

O estado do Mato Grosso do Sul está localizado na região Centro-Oeste e possui uma população de 2.757.013 habitantes (IBGE, 2022), distribuídos em 79 municípios. Os biomas predominantes no estado são Cerrado, a Mata Atlântica e o Pantanal.

A etapa de Conferências Municipais e Intermunicipais no estado contou com a participação de 45 municípios, que elaboraram um total de 274 propostas. As propostas foram originadas de 17 Conferências Municipais e 6 Intermunicipais. As conferências livres realizadas no âmbito deste estado seguirão diretamente para a Conferência Nacional, visto que a Conferência Estadual do Mato Grosso do Sul não acolhe propostas oriundas das conferências livres para discussão no evento.

As 274 propostas recebidas foram lidas e quando apresentaram convergência com outra proposta do mesmo eixo, foram aglutinadas e os códigos originais são apresentados ao lado da proposta. Os municípios que participaram do processo constam nominalmente na Tabela 1.

Tabela 1. Lista dos municípios envolvidos nos processos de discussão da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente no estado do Mato Grosso do Sul, em suas diferentes naturezas de eventos.

Água Clara	Deodápolis	Paraíso das Águas
Alcinópolis	Dois Irmãos do Buriti	Pedro Gomes
Anaurilândia	Dourados	Ponta Porã
Angélica	Figueirão	Rio Brillhante
Aparecida do Taboado	Glória de Dourados	Rio Negro
Bandeirantes	Inocência	Rio Verde de Mato Grosso
Bataguassu	Ivinhema	Rochedo
Batayporã	Jateí	Santa Rita do Pardo
Brasilândia	Ladário	São Gabriel do Oeste
Camapuã	Laguna Carapã	Sidrolândia
Campo Grande	Maracaju	Sonora
Corguinho	Naviraí	Tacuru
Corumbá	Nova Alvorada do Sul	Taquarussu
Costa Rica	Nova Andradina	Três Lagoas
Coxim	Novo Horizonte do Sul	Vicentina

A Figura 1 apresenta a distribuição espacial dos municípios participantes do estado do Mato Grosso do Sul.

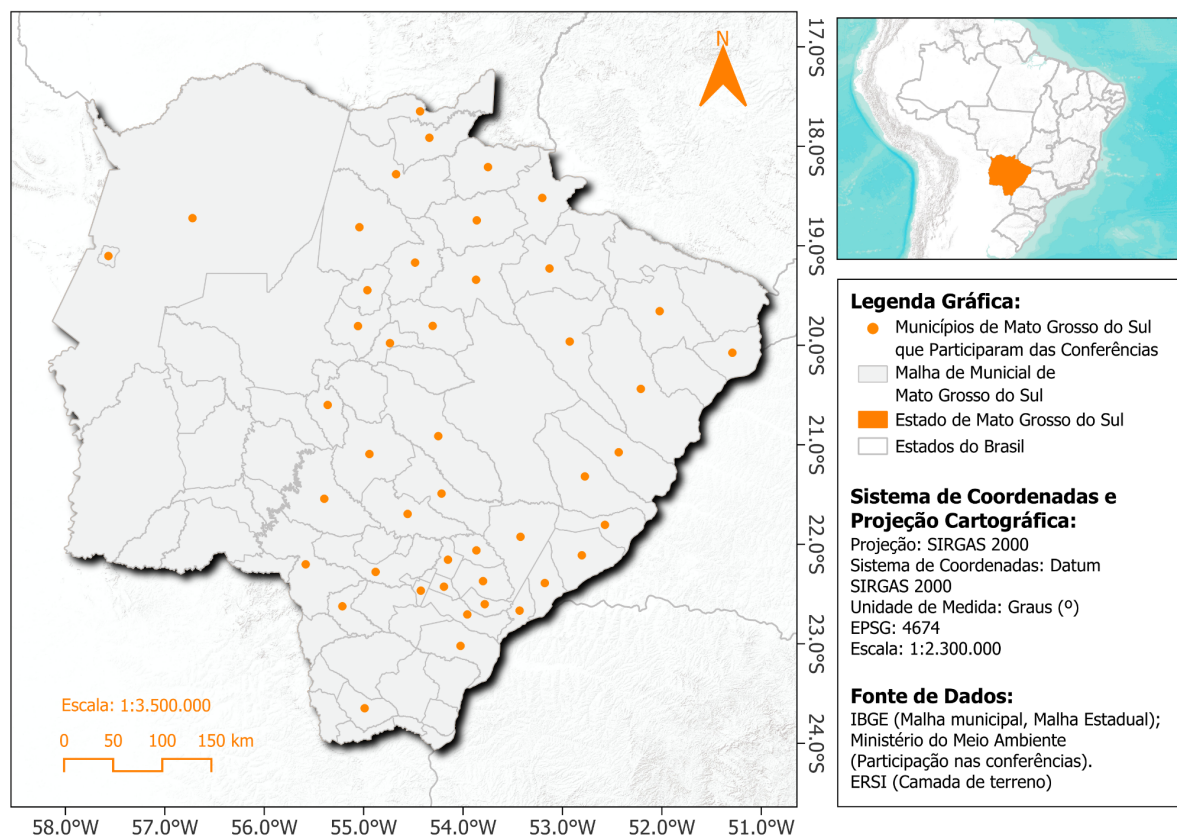


Figura 1. Mapa com a distribuição espacial dos municípios envolvidos nos processos de discussão da Conferência Nacional do Meio Ambiente no estado do Mato Grosso do Sul, em suas diferentes naturezas de eventos.

As Conferências Municipais enviaram 183 propostas e as Intermunicipais um total de 91, assim distribuídas:

- Eixo 1- Mitigação: 58 propostas
- Eixo 2 - Adaptação e Preparação para Desastres: 52 propostas
- Eixo 3 - Justiça Climática: 54 propostas
- Eixo 4 - Transformação Ecológica: 50 propostas
- Eixo 5 - Governança e Educação Ambiental: 60 propostas

A distribuição das propostas recebidas por eixo temático e por tipo de conferência é ilustrada na Figura 2.

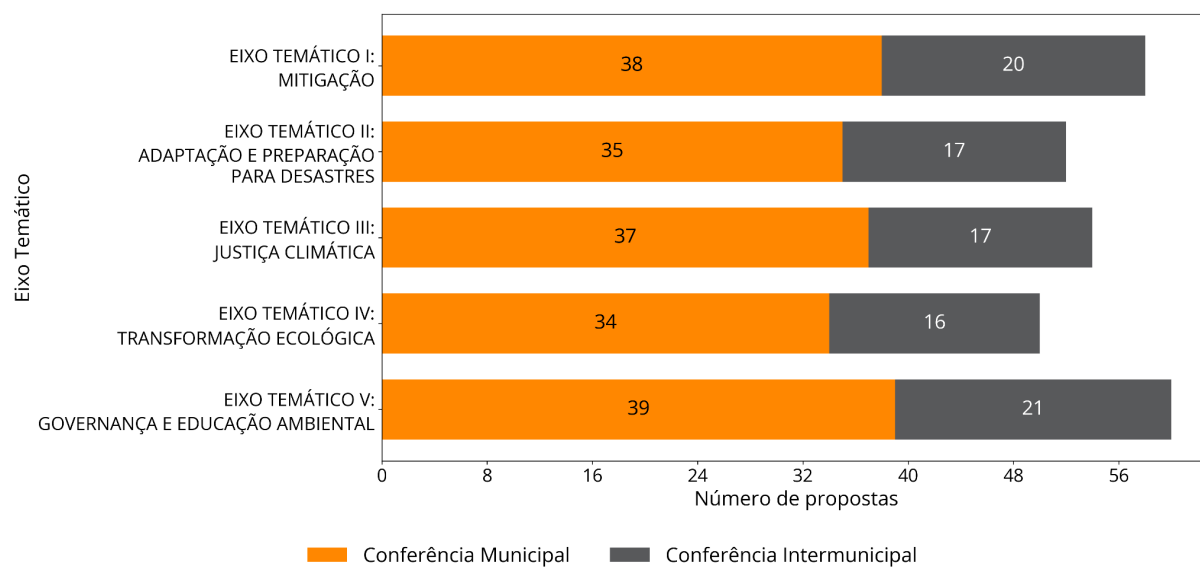


Figura 2. Distribuição das propostas recebidas por eixo temático e por tipo de conferência.

PROPOSTAS

EIXO TEMÁTICO I: MITIGAÇÃO

Proposta	Código
Realizar o levantamento das áreas de preservação permanente do município para elaboração de plano de reflorestamento, com incentivos financeiros.	CM38318
Ampliar e restaurar áreas protegidas e nascentes urbanas, garantindo sua preservação e manejo sustentável, além de incentivar a arborização por meio de benefícios fiscais, distribuição de mudas e serviços gratuitos, promovendo a biodiversidade, a qualidade ambiental e o conforto térmico nas cidades	CI29452; CI29468; CI30113; CI34531; CI31723; CI34533
Criar um conselho intersetorial que integre setores ambientais, defesa civil e bombeiros para fortalecer a gestão de riscos e a adaptação climática, aliado ao aprimoramento da administração pública por meio de investimentos em capacitação, tecnologia e infraestrutura técnica, garantindo maior eficiência na implementação de políticas ambientais e urbanas.	CI29468; CI29452; CI30113
Aumentar o adensamento demográfico e uso misto, associando melhoria do transporte público municipal e políticas de incentivo e conscientização sobre a relevância ambiental do uso de transportes coletivos e ativos (bicicletas, por exemplo).	CM30998
Elaborar o Plano Diretor de Arborização Urbana – PDAU, incluído a implantação do viveiro de mudas e hortas comunitárias.	CM30090

Incentivar o aumento das áreas verdes (áreas permeáveis) urbanas, promovendo a criação de um programa de redução do IPTU para moradores que plantem e mantenham as áreas verdes (áreas permeáveis), conforme o código de obras vigente dos municípios.	CM36535; CM36577
Implementar um plano de valorização de áreas verdes em parques, praças e corredores ecológicos, promovendo a arborização e a vegetação rasteira para melhorar o clima urbano	CM37429; CI29067
Instituir programas e políticas públicas para ampliação e manutenção de Unidades de Conservação nos ambientes rural e urbano, bem como programas de reflorestamento priorizando espécies nativas para recomposição de áreas de matas;	CI29067
Implementar um grande projeto de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas no campo e na cidade, com o objetivo de sequestro de carbono, bem como, auxiliar no processo de educação e sensibilização ambiental para gerações futuras.	CM30510; CM30228
Estabelecer previsão orçamentária para atender comunidades em possível desastre e equipar o município com aparelhagem para mitigar calamidade.	CM32250
Reativar e fortalecer o Comitê Permanente de Incêndios Florestais com colaboração das instituições de controle de fogo (IBAMA PREVFOGO, Bombeiros, Defesa Civil e outros), além de criar a Brigada Intermunicipal de Combate a Incêndios (BICI), com colaboração de instituições de controle de fogo e parcerias público-privadas.	CI29069; CI29251

Implementar aterro sanitário regional e criar o Programa Regional de Gestão de Resíduos de Poda (PRGRP), envolvendo os municípios para uma gestão integrada de resíduos	CM30862; CM31286; CM31361; CI29252
Fortalecer reciclagem e coleta seletiva com incentivos à separação de resíduos, expansão de pontos de coleta, padronização de embalagens e campanhas de conscientização, além de promover reaproveitamento de materiais e geração de renda para catadores	CM30718; CM32249; CM36537
Reduzir o consumo de produtos não reutilizáveis com incentivos fiscais, como desconto no IPTU e campanhas digitais para práticas sustentáveis.	CM30508; CM30227
Promover o processo produtivo sustentável nas Bacias hidrográficas, com financiamento para projetos de contenção de águas pluviais, recuperação de matas ciliares e revisão do plano diretor, priorizando drenagem eficiente e manutenção de córregos.	CM36335; CM28609; CM38315
Incentivar a piscicultura, por meio da criação de alevinos, como compensação das empresas pelos impactos nos corpos hídricos, semelhante ao modelo da CESP.	CM37426
Realizar a liberação de outorgas mediante realização de vistoria local, acompanhada de ações de recuperação ambiental da área impactada, garantindo conformidade ambiental e uso sustentável dos recursos.	CM30212
Regulamentar a Lei de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), garantindo previsão orçamentária e valores de remuneração que sejam efetivos para quem conserva e produz serviços ambientais em suas propriedades.	CM30999

Viabilizar nos municípios o pagamento por serviços ambientais de propriedades que preservam além dos 20% exigidos por lei, recompõe e protegem as nascentes tornando atrativo tal preservação.	CM28606; CM28614
Criar Políticas Públicas para Drenagem Urbana.	CM30863; CM31287; CM31362
Proibir e multar o uso de agrotóxicos agressores ao meio ambiente, promovendo alternativas ecológicas e proferir palestras sobre os meios alternativos aos agricultores e apresentar novos produtos biodegradáveis.	CM26223
Reforçar a fiscalização e aplicar multas para infrações ambientais, além de promover educação ambiental em áreas críticas de desmatamento e queimadas.	CM26222; CM30036
Implantar a prática de logística reversa e geração de energia solar como exigências para autorização de indústrias nos municípios.	CI30633
Criar Lei municipal com as particularidades de cada município.	CI30012; CI30023; CI30190; CI30906; CI34555; CI34556; CI34557; CI29921
Isentar ou reduzir o pagamento de taxas de iluminação pública e IPTU de munícipes que possuem energia proveniente de placas solares.	CI30012; CI30023; CI30190; CI30906; CI34555;

	CI34556; CI34557; CI29921
Implementar a transição do uso de energia elétrica para energia solar em prédios públicos e em terras indígenas, promovendo sustentabilidade e redução de emissões.	CM30207
Elaborar o Plano de Recuperação de Área Degradada dos Córregos e dos lixões municipais, visando reverter décadas de degradação ambiental causada pela disposição inadequada de resíduos sólidos e lançamento de efluentes provenientes do tratamento ineficaz de esgoto.	CM30087
Elaborar o Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU), incluindo a implantação de um viveiro de mudas e uma horta comunitária, visando promover a arborização urbana, a sustentabilidade e o engajamento da comunidade.	CM30087
Fomentar parcerias públicas-privadas para estudos de viabilidade técnica e econômica para implantação de sistemas agroflorestais.	CI30634
Promover a criação de bancos comunitários de sementes e o financiamento de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em terras indígenas e comunidades tradicionais (conforme o Decreto 6040/2007), valorizando a biodiversidade, o conhecimento tradicional e fortalecendo práticas sustentáveis.	CM30773
Criar mecanismos para mensurar a emissão de carbono, incentivando a redução de gases de efeito estufa (GEE).	CM30736
Esses códigos não apresentaram propostas	CM36328; CM36329

EIXO TEMÁTICO II: ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

Proposta	Código
Implementar planos de contingência municipais e regionais com monitoramento de áreas de risco e políticas de prevenção e redução de danos, fortalecimento da Defesa Civil com alocação orçamentária e fundo para desastres, criação de brigadas intermunicipais de combate a incêndios, campanhas de engajamento, canais de comunicação e sistemas de alerta comunitário, integrando parcerias público-privadas.	CM31364; CM30864; CM30865; CM31288; CM31363; CM30514; CM30229; CM30776; CM30089; CM28610; CM28618; CI29245; CM36540; CM36547; CM37432; CM31001; CM36330; CM36331; CM30038; CI30115
Criar um Sistema Regional de Defesa (SRD), promovendo a cooperação e integração entre municípios no mapeamento das áreas de riscos, implantação efetiva da Defesa Civil com plano estruturado e posto avançado de Corpo de Bombeiros e núcleos descentralizados com a participação da comunidade.	CI29253; CM30658 CM38322 CM37435
Implementar corredores verdes urbanos, sistemas agroflorestais como barreiras contra eventos climáticos	CI34599; CM26224;

extremos, criação de mais parques urbanos e áreas verdes permeáveis para melhoria do microclima e drenagem e criar um programa de incentivo à arborização urbana (Ex. descontos no IPTU e podas gratuitas)"	CM30214; CI29528;
Elaborar plano de drenagem pluvial integrado ao saneamento básico, e capacitar técnicos em gestão hídrica.	CM30088; CI31716
Criar e capacitar equipes intersetoriais e interinstitucionais para atuar de forma coordenada no mapeamento de áreas de risco e na implementação dos planos municipais de contingência.	CI31715 CI34536 CM30775 CI34538
Elaborar diagnóstico situacional do município e promover ações de educação ambiental que possam levar a população a conhecer as áreas de risco e/ou vulnerabilidade climática, bem como identificar os problemas socioambientais existentes para que sejam prevenidos ou mitigados.	CM30516; CM30230; CI31716
Destinar recursos para fiscalização de áreas de risco, criar fundos municipais para mudanças climáticas e vincular ICMS Ecológico a projetos de adaptação.	CM38324; CI30192; CI34597; CI29927; CI29529
Implementar apoio técnico e tecnológico a pequenos produtores familiares para produção sustentável, com plantio de vegetação nativa do Cerrado em áreas de risco, práticas de rotação de culturas, manejo do solo e aproveitamento de metano em biodigestores, visando segurança alimentar, conservação da biodiversidade e redução de emissões.	CM32251; CM28611; CM28617; CM26225.
Estabelecer um sistema de monitoramento climático e hidrológico em tempo real visando o alerta precoce e controle	CI29070

rigoroso de queimadas. Criar um aplicativo que emite alertas e alarmes para índices anormais para a comunidade.	
Propor reformulação do Plano Diretor com participação popular, priorizando o meio Ambiente, observando áreas verdes protegidas, galerias pluviais sempre limpas e esgotamento sanitário.	CM32252
Promover políticas públicas para fortalecimento das associações e cooperativas de reciclagem.	CI30635
Investir em tecnologia para captação e tratamento de água, garantindo a disponibilidade e qualidade de água potável para a população rural.	CI29072
Implementar a diretriz 3-30-300 como estratégia de adaptação das cidades a emergência climática.	CM31000
Realizar o mapeamento detalhado de áreas de risco de desastres naturais, com base em dados climáticos e geológicos. Esse mapeamento deve ser feito em parceria com órgãos especializados, e servir como base para o desenvolvimento de planos de contingência e ações preventiva.	CM30213
Elaborar plano regional para identificação das fragilidades e riscos decorrentes das mudanças climáticas, como por exemplo o risco de queimada na rede elétrica.	CI29267

EIXO TEMÁTICO III: JUSTIÇA CLIMÁTICA

Proposta	Código
Implementar e manter Programa Contínuo de Recuperação das APPS Urbanas e Rurais, APPs de Córregos e das margens de rios, por meio de reflorestamento, promovendo a preservação dos recursos hídricos, a sociobiodiversidade, e a proteção ambiental das comunidades.	CI30638; CI30610
Revisar as diretrizes urbanísticas, considerando os impactos ambientais em unidades de conservação, agricultura familiar urbana e periurbana, e o tombamento do patrimônio urbanístico, além de promover ações inclusivas para a reciclagem e elaborar e implementar o Plano de Mobilidade Urbana.	CM37440; CM30660
Implementar ações integradas de educação ambiental e políticas públicas, incluindo a disciplina nas escolas, recursos para fiscalização, planejamento e divulgação nas redes sociais, que promovam a conscientização sobre as mudanças climáticas e incentivem a responsabilização humana por meio de Pagamentos de Serviços Ambientais.	CM30777; CM30235; CM30232; CM30092
Elaborar a lei para o zoneamento ecológico econômico no município.	CM31290; CM31398; CM30866
Promover qualidade de vida a população	CM30039; CM30040
Implementar medidas preventivas e de combate a incêndios e queimadas, como a instalação de brigadas de incêndio em propriedades, empresas e órgãos públicos, bem como a fiscalização da funcionalidade das brigadas já existentes, garantindo a proteção ambiental das comunidades e ainda instalar uma Unidade do Corpo de Bombeiros nos municípios	CI30639
Promover incentivos fiscais e subsídios para residências de baixa renda que adotem práticas sustentáveis, como	CI29073; CI29456;

energia limpa e preservação de árvores, e garantir recursos para prestadores de serviços socioambientais urbanos em áreas periféricas, como cuidadores de nascentes, catadores, agricultores e instituições sem fins lucrativos, gerando programas bônus climáticos e reduzindo desigualdades.	CI29466; CI31717; CI34539; CM30217
Criar um programa de créditos e um fundo de apoio, financiado pelo governo federal e pelas empresas que infringe Leis ambientais, para auxiliar pequenos produtores afetados pela escassez de chuva e redução na produção, mas também destinando recursos para atender às necessidades da população mais vulnerável diante dos impactos climáticos.	CM26226; CM32254; CI30117; CI31718; CI34541
Estabelecer que 50% dos recursos de compensação ambiental das indústrias, sejam repassados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, destinando 30% deste valor a ações em comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e extrativistas, além de criar centros culturais indígenas e de saberes tradicionais para preservar o meio ambiente e difundir os saberes tradicionais.	CM28621; CM30216
Realizar mapeamento das áreas sob vulnerabilidade climática, abrangendo recursos hídricos, áreas de preservação ambiental, povos indígenas e comunidades tradicionais, para priorizar políticas públicas para resiliência climática, e criar mecanismos de beneficiar os assentamentos, comunidades tradicionais e afins com os créditos de carbono.	CM31002; CM30744
Tributar os maiores emissores de gases de efeito estufa e criar fundo para reparação climática, priorizando as iniciativas dos povos indígenas e comunidades tradicionais, e a ampliação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).	CM31003
Penalizar, com multas financeiras inegociáveis, os países industrializados que não cumprirem com a redução da emissão de gases de efeito estufa.	CM30531

Garantir que o município assuma seu espaço constitucional de elaborar leis que promovam a justiça climática, adequadas à sua realidade local, e implementar um percentual mínimo do valor obtido por empresas e indústrias com a venda de materiais recicláveis, destinando-o a associações de catadores.	CM30868; CM31291; CM31396
Reestruturar a legislação dos conselhos do meio ambiente a fim de equilibrar a representatividade entre a sociedade civil, setor público, privado, e fomentar a organização de fóruns e grupos de trabalho de discussões técnicas aprofundadas que antecedem as deliberações.	CM37439
Criar uma lei que obrigue os proprietários das propriedades vizinhas às comunidades quilombolas e indígenas, a fazerem um cinturão verde, no mínimo 30 metros das cercas de divisas, com o intuito de se preservar nascentes, culturas cultivadas de forma sustentável, e a vegetação nativa, que são muito degradadas pela exploração da lavoura e pecuária.	CM28620
Instituir legislação de benefícios fiscais para incentivar as empresas a aderirem o sistema de logística reversa e alternativas de energias renováveis, bem como as residências na instalação de cisternas, separação dos materiais recicláveis e energia solar.	CM30743
Promover a atualização da legislação municipal e a criação de um Fundo Municipal para a adaptação às mudanças climáticas, com o desenvolvimento de políticas públicas e ações de mitigação, adaptação e redução de perdas e danos causados por eventos climáticos, com a priorização de comunidades tradicionais, povos originários e população em situação de vulnerabilidade.	CM36550
Criar Selo de Qualidade Ambiental para empresas que atuam nas ações focadas nos Objetivos de Desenvolvimento	CM30091

Sustentável – ODS, visando incentivar a prática da sustentabilidade.	
Implementar a política e o plano municipal de prevenção a riscos e desastres com integração regional, mapeando áreas de risco para facilitar moradias seguras, segurança alimentar e o reassentamento de famílias, instituindo incentivos fiscais para um fundo de habitação social sustentável, com apoio técnico-financeiro em áreas de vulnerabilidade ambiental, social e climática.	CI30194; CI34600; CI29938; CM32253; CI34602; CI29938; CM30525
Programa de substituição de telhados por telhas ecológicas para a melhoria da moradia, garantir sustentabilidade e conforto térmico.	CI29270
Implementar políticas públicas integradas que incluam a população rural e urbana na abordagem de emergências climáticas, por meio da criação de um fundo específico, da adoção de medidas paliativas e de um plano de contingência eficaz, e desenvolver ações que promovam a justiça ambiental no município.	CM26227; CM38326
Promover uma política pública de incentivos financeiros (pagamento por serviços ambientais) e fiscais (redução de impostos) visando o incentivo a iniciativas que promovam a geração de energia limpa, coleta seletiva e utilização de SBN (Soluções Baseadas na Natureza), entre outros.	CM36551
Investir em políticas públicas que promovam a capacitação técnica e a inovação, em diálogo com os saberes das comunidades tradicionais, para o desenvolvimento de economias sustentáveis, baseadas em energias renováveis, agricultura e manejo florestal responsáveis, visando à restauração dos ecossistemas e à autonomia das comunidades tradicionais.	CM30778

Promover políticas de conscientização de formação de pastagem sustentável, ou seja, não desmatar totalmente a área de pastagem, oferecendo apoio técnico aos estabelecimentos e atrativos rurais.	CM38329
Identificar os corredores de fauna urbanos e potencializar turismo de base comunitária.	CI29074
Esses códigos não apresentaram propostas	CM36332; CM36333

EIXO TEMÁTICO IV: TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Proposta	Código
Implantar coleta de resíduos e educação ambiental em assentamentos, terras indígenas e municípios, criando Unidades de Triagem de Resíduos (UTR) para destinação correta, além de valorizar associações de coleta seletiva com mais recursos e conscientização, e apoiar políticas públicas para implementação da coleta seletiva.	CM30741; CM30095; CI30642; CM36554
Incentivar o reaproveitamento de resíduos de construção civil e a transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes naturais, promovendo aplicações sustentáveis na agricultura, hortas comunitárias e venda direta.	CM36556; CI29286
Recuperar e preservar matas ciliares e nascentes no Mato Grosso do Sul, criando projetos para proteger áreas úmidas e recursos hídricos afetados por atividades agrícolas.	CM26228; CM28624; CM28628
Impulsionar a transição energética e a mobilidade sustentável por meio da instalação de sistemas solares em prédios públicos, substituição da frota municipal por veículos elétricos e ampliação da rede de ciclovias, aliado à criação de políticas que incentivem empresas a adotar fontes renováveis, como solar e eólica.	CM30780; CM32255
Impulsionar a criação de hortas comunitárias e feiras de agricultura familiar, valorizando produtos locais, incentivando práticas agrícolas sustentáveis e fortalecendo a economia regional.	CM30869; CM31367; CM31296; CM30221

Elaborar leis que incentivem a criação de corredores ecológicos na cidade de Três Lagoas	CM37442; CM37444
Implementar políticas municipais que regulamentem as margens de rios, APPs e matas ciliares, criando corredores ecológicos e zonas de amortecimento entre áreas urbanas e APPs, além de incluir, de forma obrigatória e transversal, a educação ambiental na grade curricular e nos planos de ensino básico.	CI30198; CI34603
Implementar políticas públicas de incentivo à produção agroecológica e sustentável, com redução de agrotóxicos, proibição de pulverização aérea e incentivos fiscais para bioinsumos, além criar o Programa de Estímulo à Pecuária Sustentável (PEPS) e fomentar sistemas agroflorestais, bioeconomia circular e Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).	CM30779; CI29281; CI29464; CI30118; CI34544; CM30661
Criar estratégias políticas para que famílias vulneráveis que habitam em áreas de risco, sendo estes, ocupações irregulares, sejam remanejadas para moradias seguras, com objetivo de evitar tragédias decorrentes de desastres naturais.	CM30238
Implantação de Políticas Públicas para Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) de modo a verticalizar investimentos, a fim de se tornarem acessíveis a pequenos produtores.	CI29458; CI34545; CI31720
Incluir educação ambiental/ecológica na grade curricular escolar e nos planos municipais de educação, desde o ensino básico, com conteúdos adaptados a cada faixa etária, e fortalecer ações de conscientização sobre	CI34606; CM30518

mudanças climáticas desde a primeira infância, promovendo responsabilização humana.	
Transformar espaço urbano por meio de uso e ocupação que priorizem a conservação da biodiversidade, a conectividade dos espaços verdes, a preservação dos territórios com unidades de conservação, mas também a agricultura urbana, incentivando a economia local, a recuperação de áreas degradadas e a mobilidade ativa, com transporte coletivo, ciclovias, bicicletas e veículos elétricos.	CM30042; CM38338; CM31004; CM30094
Incentivar o plantio de árvores em áreas urbanas (especialmente nas periferias) e proibir a doação de áreas verdes, para reduzir o calor e os danos causados por rajadas de vento, além de promover mudanças nos padrões de consumo, como a captação de água de chuva, o uso de energia solar e a adoção de soluções baseadas na natureza (SBNs) e bioconstrução.	CM30870; CM31368; CM26229; CM31005; CM30661
Propor a criação de um SELO, "Empresa Ecologicamente Correta", valorizando o seu produto no mercado interno e externo.	CM32259
Implementar mecanismos que garantam recursos dos maiores poluidores para viabilizar a instalação de energias renováveis em comunidades afetadas, além de instituir o IPTU Verde e abatimentos de ITR para imóveis sustentáveis e áreas florestais, e a coleta seletiva, reciclagem e a recuperação ambiental.	CI29076; CM30220; CM38341
Penalizar com multas financeiras inegociáveis, os países industrializados que não cumprirem com a redução da emissão de gases de efeito estufa.	CM30240

Fomentar a construção de infraestrutura que garanta a permanência da população no Pantanal, evitando seu êxodo rural.	CI29075
Implementar tecnologias simples para reutilização da água na agricultura familiar, apoiar a produção sustentável com sistemas agroflorestais, integrados e bioeconomia circular, e incentivar a pecuária de carbono zero, integrando pecuária e floresta por meio de investimentos tecnológicos no campo.	CI30640; CI31719; CM28623
Esses códigos não apresentaram propostas	CM36334; CM36336

EIXO TEMÁTICO V: GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Proposta	Código
Implementar a educação ambiental como disciplina obrigatória na grade curricular, desde a infância até o ensino superior, garantindo uma abordagem transversal que integre conceitos sustentáveis, práticas ecológicas e a realidade socioambiental local, incluindo biomas e regiões fronteiriças, coleta seletiva e do fortalecimento de cooperativas locais.	CM30872; CM31294; CM31369; CI30643; CI29077; CM30768; CM30781; CM30223; CM38343; CM30662; CI29944
Criar a Patrulha Ambiental Mirim Remunerada para estudantes, promovendo educação ambiental e mobilização comunitária no contraturno escolar, além de capacitar a comunidade com mecanismos de fiscalização e políticas públicas de sustentabilidade	CI29460; CI29467; CI30120; CI34549; CI31721; CM36560
Criar fóruns permanentes e municipais para reunir representantes da sociedade e formar grupos de trabalho focados na elaboração de planos e ações de Educação Ambiental e Educação Climática.	CI29946; CI30201; CI34607; CM37450
Ofertar projetos e programas de formação continuada para lideranças comunitárias e sociedade civil, para disseminar a educação ambiental na comunidade.	CI30201; CI29946
Implementar o Programa Sacola Verde, sendo ofertada uma cesta com verduras e legumes para beneficiar famílias em	CM30537; CM30243

situação de vulnerabilidade, que fazem regularmente a coleta seletiva em seus lares, sendo um incentivo para práticas sustentáveis.	
Implementar programas de áreas verdes por habitante, combater o racismo ambiental, promover segurança alimentar e conectar ecologicamente bairros periféricos com participação comunitária.	CM30224
Investir em palestras e programas de conscientização ambiental para famílias vulneráveis, abordando práticas sustentáveis como separação do lixo, economia de água e energia.	CM30534; CM30242; CI29271
Investir na visibilidade das leis ambientais existentes, de forma que a população possa ter conhecimento dos programas e projetos ambientais já instituídos, fazendo com que as leis possam ser cumpridas por todos os cidadãos de forma participativa.	CI30644
Criar um aplicativo para emitir alertas de riscos em situações de emergência climática, alertando a população antecipadamente, podendo conter os danos locais e riscos em situações de vulnerabilidades.	CM28627
Propor programas e políticas públicas em parceria com a sociedade civil organizada e instituição de ensino voltado a educação ambiental.	CM32260
Criar e implementar Políticas Públicas para Redução de Embalagens e, quando não possível, para que esta seja de material biodegradável, inclusive aproveitando-se de eventuais ciclos econômicos locais para isso.	CI29078
Destinar 50% dos recursos da taxa de coleta de lixo ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, além de criar o Programa Lixo	CM30782; CI29306;

Zero, incentivar cooperativas de reciclagem e assegurar coleta seletiva e logística reversa com meta municipal de reciclagem.	CM36562; CI29293
Garantir recursos financeiros para prestadores de serviços socioambientais urbanos, como cuidadores de nascentes, catadores de materiais recicláveis, agricultores e instituições sem fins lucrativos, gerando programas de bônus climáticos e reduzindo desigualdades.	CI29534; CI30122
Cobrar do gestor municipal, mediante termo de compromisso anual, a execução do plano de aplicação para ações de educação ambiental, sob pena de interrupção de repasses e sanções administrativas.	CI31722; CI34550
Ofertar formação continuada para lideranças comunitárias, realizar palestras e oficinas comunitárias, e implementar campanhas contínuas de educação ambiental em escolas, bairros e comunidades	CI34644; CM37448; CM26231
Instituir Fundos Estaduais e Municipais para educação ambiental e criar incentivos fiscais para projetos de energia limpa	CM31007; CM26230
Elaborar programas de alfabetização científica e recriar a Escola Agrícola, promovendo cursos técnicos, pesquisas e parcerias público-privadas.	CM30746; CM30097
Incentivar a criação de secretarias do meio ambiente em todos os municípios e estabelecer Termos de Cooperação com órgãos estaduais para maior autonomia	CM30873; CM31295; CM31370; CM32261
Implementar ações e mecanismos de fiscalização ambiental para controlar o uso indiscriminado de agrotóxicos e criar leis municipais mais rígidas sobre o tema.	CM30747; CM38345

Implementar políticas públicas de formação em educação ambiental e climática para ampliar a compreensão das mudanças do clima nos contextos global e local, considerando as particularidades dos povos, os saberes ancestrais, o diálogo intergeracional e a participação dos mais vulneráveis, de forma transversal, coletiva e cidadã em diversos espaços de educação e governança.	CM31006
Criar Programa Defesa Civil nas escolas.	CM30662
Implementar a moeda verde.	CM30662
Investir em melhores condições para os municípios (equipamentos) para o controle do ar, solo e água em relação ao tema mudanças climáticas, bem como capacitação para que isso seja possível e compartilhar uma plataforma para que mensal/trimestral/ou semestral seja postado pelos municípios como uma forma de controle e ações de melhorias para ser compartilhado nacionalmente.	CM26218
Regulamentar as margens de rios, Áreas de Preservação Permanente (APPs) e matas ciliares por meio de políticas públicas municipais mais restritivas, promovendo a formação de corredores ecológicos e a criação de zonas de amortecimento entre áreas urbanas e APPs	CI29944
Criar o Comitê de Bacia Hidrográfica para deliberar assuntos relacionados ao uso dos recursos hídricos da região.	CM30096
Criar um bairro arborizado por meio de programas de incentivos fiscais para pessoas físicas e para iniciativas de preservação ambiental	CM28626
Desenvolver um calendário para atividades e competição regional focados para o saneamento básico.	CI29293

Propor que servidores públicos adotem pequenos gestos para incentivar práticas sustentáveis	CM30524
Estes códigos não apresentaram propostas	CM30044; CM36337; CM36338

CONSIDERAÇÕES

Este caderno de propostas reúne as contribuições oriundas das conferências municipais e intermunicipais realizadas no Mato Grosso do Sul, organizadas em cinco eixos temáticos. O material reflete o esforço coletivo da sociedade, servindo como base para a discussão e definição de propostas na Conferência Estadual que possam contribuir para a criação, revisão e consolidação de políticas públicas no estado.



FLACSO
BRASIL



UnB

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO